

Esforço concentrado ou show de irresponsabilidade?

Em uma sessão em que não se atingiu nem de longe o quórum necessário para o funcionamento legal do Congresso Nacional — os trabalhos foram dirigidos pelo parlamentar mais velho, pois não havia nenhum membro da mesa diretora no plenário —, um pequeno amontoado de deputados e senadores, pela voz dos líderes de plantão no momento, resolveu novamente atacar a imprensa, culpando-a pela completa desmoralização do atual legislativo brasileiro. Segundo os queixosos, os meios de comunicação criticam os parlamentares quando eles não comparecem ao trabalho — e mesmo assim recebem seus jetons — e também quando eles se esfalfam em reuniões chamadas eufemisticamente de esforço concentrado, para limpar a pauta acumulada por meses de "gazeta" e omissão.

Só esta deprimente sessão — o mais bem-acabado retrato deste Congresso Nacional que, felizmente, vive seus últimos meses — já bastaria para tornar absolutamente sem sentido as agressões dos congressistas contra a imprensa. O descaso chegou a tal ponto que nem para defender-se de seus pretensos inimigos os senhores congressistas se dignam a deslocar-se até Brasília.

A irritação contra os meios de comunicação nasceu das críticas aos últimos esforços concentrados ensaiados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Mas não foram só os jornalistas que cobrem as atividades do Congresso que ficaram estarrecidos com o que se passou na duas casas legislativas naqueles dias. Não poderia haver testemunho mais insuspeito do que o de dois deputados, o líder do PTB, Gastone Righi, e o próprio presidente em exercício da Câmara, Humberto Souto (PFL-MG).

"A Nação inteira deve tomar conhecimento disso" — desabafou Souto, depois que uma das sessões do "esforço" foi encerrada por falta de quórum. Nem nesses poucos momentos os senhores parlamentares querem cumprir suas obrigações. Tanto que para que o mais recente "esforço" fosse bem-sucedido, foi necessário um acordo entre os líderes dos vários partidos para que as matérias acabassem aprovadas pelo "voto de liderança".

"Lutamos contra uma velocidade horária que não há em nenhum parlamento do mundo; não há tempo para leitura, nem tempo para escrever, nem tempo para apresentar nada" — denunciou o líder do PTB. E com efeito, numa série de reuniões seguidas, que avançaram pela madrugada e chegaram a durar um total de 20 horas, aprovaram-se mais de 150 propostas. Fica evidente que nada do que foi votado foi discutido seriamente e a maioria dos parlamentares aprovou muita coisa sem saber o que estava votando. A leitura das propostas era feita com tal rapidez que, em determinado momento, um deputado pediu esclarecimentos sobre um projeto, pois não havia entendido nada. Foi solenemente ignorado pela mesa, para evitar perda de tempo.

A própria existência do esforço concentrado já é uma aberração. Os senhores parlamentares passam o ano sem fazer nada. Quando chega o final do semestre — ou do ano — estão acumuladas algumas centenas de projetos na ordem do dia, uns poucos importantes e de interesse do Executivo. Diante das pressões do governo, arma-se o circo. Mas, como é muito difícil, mesmo nesses momentos, reunir número de parlamentares suficiente para garantir o quórum para votação, os líderes dos partidos majoritários são obrigados a fazer todo tipo de concessão. Tanto que a maioria dos projetos aprovados no último esforço era de autoria de parlamentares do PDS, a terceira bancada do Congresso. Foi este o preço que o PDS cobrou para que seu líder entrasse no conchavo. Uma rodada de esforço concentrado, com suas intermináveis sessões extraordinárias, custa ao Congresso mais meio milhão de cruzados, pagos religiosamente aos senhores deputados e senadores. Um pagamento em duplicata, pois todos já haviam recebido jetons durante todo o ano por sessões sem quórum em que nada se votou. O outro lado da medalha do esforço concentrado é o ócio remunerado, aliás, muito bem remunerado.

As justificativas para essas sessões extras são os projetos do governo, urgentes e de alegado interesse social, como o que institui o subsídio ao leite e o que proíbe a execução de ações de despejo de alugueis residenciais por um ano. E uns três ou quatro mais. Nesse bloco, deputados e senadores introduzem as maiores barbaridades e iniquidades, propostas de puro interesse pessoal e eleitoreiro. O mais significativo agora foi o projeto de lei que proíbe as demissões imotivadas, um lance puramente demagógico do líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, encampado pelo PMDB. Nesse caso, tornou-se ainda mais evidente a irresponsabilidade dos políticos: eles votaram a favor, mesmo sabendo dos prejuízos que uma medida dessas, neste momento, trará para empresas e trabalhadores, porque têm certeza de que o presidente José Sarney irá vetar a proposta quando ela chegar ao Palácio do Planalto para sanção.

Não foi só isto, porém. A lista de coisas aprovadas a toque de caixa nos últimos dias ilustra com precisão o nível da representação política brasileira hoje. Vejamos alguns casos, só para amostra. Foram aprovadas, por exemplo, inúmeras proposições aumentando cargos e salários na estrutura funcional da Câmara. Concedeu-se aposentadoria aos 25 anos para telefonistas. Criou-se o polígono castanheiro da Amazônia. Foram regulamentadas as profissões de garçom, de barbeiro e cabeleireiro, de bacharel em relações internacionais, de supervisor educacional, de historiador, de carregador de bagagens em aeroportos. Determinou-se a instalação de telefones públicos em lugares "densamente povoados". Foi instituído o "Dia Olímpico" no dia 23 de junho. Mandou-se adicionar 10% de farinha de milho (num projeto) e uma quantidade, a critério do Executivo, de farinha de soja (noutro projeto) à farinha de trigo. Sem nenhuma consulta ao Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento, sem nenhum estudo sobre viabilidade técnica e financeira, autorizou-se o governo a instalar várias universidades federais, desde Santarém, no Pará, até Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.

Tudo isso de afogadilho. Quando se trata, porém, de projetos de interesse da classe, os senhores parlamentares são muito ciosos. Eles tiveram todo o cuidado de emendar uma proposta do deputado mineiro Manoel Costa Júnior, que visava coibir o abuso do poder econômico nas eleições. O projeto foi de tal maneira manipulado que o produto final não tem nenhuma eficácia. O Senado, que há tempos manteve a imoralidade da candidatura nata e da sublegenda, agora não fez nenhum esforço para colocar em votação um projeto de emenda constitucional que acaba com o privilégio de isenção de imposto de renda para militares, juízes e, naturalmente, deputados e senadores.

A partir de hoje, Câmara e Senado fecham as portas para mais um mês — dos quatro que eles têm por ano — de recesso. A Nação sentirá falta de seus atribulados, atarefados e conscientes representantes? Esta é a questão que gostaríamos de ver respondida por esses senhores que deslustram a atividade parlamentar no Brasil.